

As políticas lingüísticas e as avaliações de proficiência de espanhol como língua estrangeira

Lílian Reis dos Santos

PG - Universidade Federal Fluminense

A presente comunicação visa a apresentar o projeto de dissertação em desenvolvimento cujo objetivo é analisar as políticas lingüísticas subjacentes aos exames de proficiência de espanhol como língua estrangeira. Este trabalho mostra parte das informações obtidas e posteriores reflexões feitas na investigação do curso de mestrado em Lingüística Aplicada da Universidade Federal Fluminense. A pesquisa é realizada a partir da concepção de política lingüística definida por Calvet (2007, p.11) como “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade”

Também abordaremos questões relacionadas à legitimidade (Bourdieu, 2008) e de poder dos exames (Shohamy, 2001).

O interesse pelo tema se justifica pela presença, que podemos afirmar, obrigatória das avaliações no trabalho docente. Assim o conhecer de modo mais profundo os exames de proficiência e seu entorno – sua visão de língua e sua política lingüística – torna-se necessário.

Começamos com uma breve reflexão sobre a presença das avaliações em nossa vida profissional. As provas, de forma geral, estão presentes na vida dos professores durante todo o processo de ensino-aprendizagem. São as provas bimestrais nas escolas, as provas de metade e fim de período nos cursos livres, vestibulares, concursos, avaliações de proficiência, e inclusive avaliações institucionais externas. Esta numerosa lista de provas demonstra a seguinte situação para o professor, seja de qual disciplina for: o processo de ensino-aprendizagem está fortemente ligado às avaliações, ora influenciando-as, ora sendo influenciado pelas mesmas.

Essa forte presença deste tipo de avaliação (provas e testes) no ambiente de aprendizagem denota o grande poder e prestígio dos quais gozam esses instrumentos. Segundo CANEN (2009: 42) “(...) a avaliação é, muitas vezes, confundida com controle, com classificação de alunos, com punições e exclusões.”

A partir deste ponto de vista, as avaliações podem ser consideradas o momento em que o aluno, a despeito de todo o processo de aprendizagem de um determinado período, deve *provar* para o sistema de educação do qual faz parte que possui o conhecimento suficiente para passar para o próximo estágio de estudo ou que já está apto para ser considerado como concluinte de uma determinada etapa. Mas a avaliação é mais do que um momento de verificação de aprendizagem. Avaliar é também, para os professores, observar o desenvolvimento da própria prática como professor e reorientar, se for o caso, o trabalho que está sendo desenvolvido.

O caso, ou seja, o tipo de avaliação que é o objeto de nossa pesquisa é o dos exames de proficiência. As referidas provas têm como finalidade medir o conhecimento e o desempenho do candidato na língua meta da aprendizagem, e são geralmente elaborados por instituições de nível internacional (Bordón, 2006). Há divergências entre as definições de proficiência (divergências essas que derivam dos diferentes conceitos de competência) de vários autores que já escreveram sobre proficiência e competência (Fries, 1945; Lado, 1961; Hughes, 1989; Richards ;Bordón, 2004; Alderson, 1998; Bachman, 1990; Chomsky, 1965, Hymes, 1972; Oller, 1979; Stern, 1983; Vollmer, 1983; Taylor, 1988, Llurda, 2000; McNamara, 2000 e Scaramucci, 2000). O ponto em comum entre as definições é que o exame de proficiência não é baseado em um *syllabus*, em um programa de curso, mas sim em uma necessidade de uso futuro do idioma.

Os envolvidos nos exames são classificados, segundo o Código de Prática da *Association of Language Testers in Europe*, instituição à qual estão associadas diversas das entidades criadoras de exames de proficiência, da seguinte maneira:

- elaboradores – são os que criam e administram os exames;
- usuários; são os que solicitam os exames para a tomada de decisões que afetarão a carreira profissional ou possibilidades educativas de outras pessoas;
- candidatos: as pessoas que são examinadas, seja por decisão própria seja por exigência dos usuários.

Os usuários dos exames são geralmente empresas nas quais há a necessidade do uso de língua para o desempenho de alguma atividade e instituições acadêmicas estrangeiras, no caso de admissão de alunos de outros países.

Os elaboradores, então, tem a responsabilidade de criar um exame que seja confiável, seguindo os seguintes critérios (Bordón, 2004):

- validade: se o exame mede o que se propõe a medir;
- confiabilidade: a consistência dessa medição;
- viabilidade: a possibilidade de administração desse exame;

Neste processo, os elaboradores estão na posição de determinar o que deve ser avaliado e como deve ser classificado o candidato. Essa responsabilidade confere às instituições elaboradoras o poder de decidir o que uma pessoa que aprendeu o idioma em questão deve saber para que seja considerada proficiente. Esse poder se mostra através das decisões tomadas pelos elaboradores no momento de criar o exame, que, através de seu modelo de prova, poderá dizer qual modelo de língua é considerado o correto, o padrão, o de maior prestígio para a aprendizagem desse idioma como língua estrangeira. Pode inclusive difundir uma ideologia lingüística de superioridade de uma variante sobre outra.

Esse poder dado aos exames deriva da confiança daqueles que são afetados pelo uso deles (Shahomy, 2001), conseqüentemente conferindo um enorme prestígio às instituições elaboradoras. Esse prestígio pode ser conferido através do efeito retroativo gerado pelos exames (Scaramucci, 2004) que é a influência exercida pelos exames desde o modo como serão confeccionados materiais didáticos à prática do professor em sala de aula.

Outro dado que demonstra a importância dos exames de proficiência é a criação do *Sistema Internacional de Certificación del Español Lengua Extranjera* (SICELE). Reproduzo aqui informação publicada na página do SICELE na Internet:

“El SICELE es una iniciativa multilateral de una red de instituciones de enseñanza superior de países de habla hispana y del Instituto Cervantes que se comprometen a la armonización, la transparencia y la coherencia en el reconocimiento mutuo de las certificaciones del dominio de la lengua española a hablantes de otras lenguas.”

A idéia de criar o SICELE, ainda segundo informações de sua página, surgiu em 2004 no III Congresso Internacional de la Lengua Española, realizado em Rosario (Argentina), e que em 2007, no IV Congresso Internacional de la Lengua Española realizado em Cartagena de Índias (Colômbia) foi oficialmente lançado:

“Como prolegómeno del IV Congreso Internacional de la Lengua Española, celebrado en Cartagena de Indias (Colombia) en marzo de 2007, los rectores y representantes de más de un centenar de universidades del mundo hispanohablante ratificaron la constitución del SICELE en un acto que tuvo lugar en Medellín ante el Presidente de la República de Colombia y SM el Rey de España. Los firmantes del "Acuerdo de Medellín" son reconocidos en el proyecto SICELE como "Instituciones fundadoras" de esta iniciativa. “

O SICELE é apresentado como uma garantia de qualidade do exame para as instituições elaboradoras que venham a fazer parte do grupo. Seu modo de trabalho, é, ainda segundo informações de sua página, baseado no modelo da EFQM (European Foundation of Quality Management). A referida instituição, EFQM, se apresenta como uma instituição que “cultiva uma rede de organizações inovadoras e líderes empresariais para compartilhar conhecimentos, experiências e boas práticas” (tradução minha). Com essas informações, podemos concluir que iniciativa SICELE espera agrupar todas as elaboradoras de exames de espanhol como língua estrangeira e trabalhar de modo semelhante à EFQM.

Como se trata de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, temos muitos questionamentos e reflexões feitas a partir das primeiras análises de nossos objetos de pesquisa, o *Diploma de Español como Lengua Extranjera* (DELE), e do *Certificado de Español Lengua y Uso* (CELU).

REFERÊNCIAS

- BORDON, Teresa. *La evaluación de la lengua en el marco de E/L2: Bases y procedimientos*. Arco Libros. Madrid: 2006
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas. O que falar quer dizer*. Prefácio de Sergio Miceli. Edusp. São Paulo: 2008
- EFQM. About EFQM. Disponível em: <http://www.efqm.org/en/tabid/108/default.aspx>
- SCARAMUCCI, Matilde V. R. *Proficiência em LE: considerações terminológicas e conceituais*. Trabalhos em Lingüística Aplicada, Campinas, (36): 11-22. Jul/Dez. 2000
- SHOHAMY, Elana. *The Power of Tests. A Critical Perspective on the Uses of Language Tests*. Longman. Essex: 2001.

I CIPLOM

Congresso Internacional de Professores de Línguas Oficiais do MERCOSUL
e
I Encontro Internacional de Associações de Professores de Línguas Oficiais do MERCOSUL
Línguas, sistemas escolares e integração regional

SICELE. Sistema de Internacional Certificación del Español como Lengua Extranjera. Disponível em: <http://www.sicele.org/>